

Militares voltam a condenar eleições presidenciais em 88

BRASÍLIA — O Ministro do Exército Leônidas Pires Gonçalves reafirmou durante o almoço periódico dos Ministros militares, realizado ontem no Ministério da Marinha, que as Forças Armadas acreditam ser extremamente inconveniente a realização de uma eleição presidencial em 1988.

— A eleição este ano é imprópria porque o País precisa de estabilidade, tranqüilidade, suor na testa e muito trabalho — disse Leônidas, lembrando que a maior preocupação política das Forças Armadas é garantir que o Brasil atravesse a fase de transição democrática em um clima da mais completa tranqüilidade possível.

O Ministro da Marinha, Almirante Henrique Sabóia, acrescentou que uma eleição presidencial este ano poderia colocar o País frente a uma situação muito difícil. Ressaltou a necessidade de os parlamentares trabalharem sem distúrbios na elaboração das leis complementares, tão logo a nova Constituição seja promulgada, como outro fator a desaconselhar a realização do pleito em novembro.

Os Ministros acreditam também que a tendência da Constituinte é aprovar os cinco anos para o Presidente José Sarney, concedendo-lhe o mesmo mandato já definido para seus sucessores. As Forças Armadas, por isso, segundo o Ministro da Ae-



Os Ministros militares deixam o Ministério da Marinha após o almoço

ronáutica, Octávio Júlio Moreira Lima, não estão trabalhando com a hipótese de a proposta dos quatro anos vencer.

— Ainda é cedo para saber como os militares reagirão à vitória dos quatro anos — observou, reticente, o Ministro.

Outra grande preocupação manifestada durante o encontro foi a de preservar a figura do Presidente da República. Os militares consideram que ela está sendo maculada pelas acusações levantadas na CPI da Corrupção. O General Leônidas esclareceu:

— Todos nós desejamos que a cor-

rupção seja punida. Mas também desejamos que não se fale aleatoriamente sobre ela sem comprovação. Primeiro, porque se fazem injustiças àqueles acusados. Segundo, porque se frustra o povo fazendo-o pensar que neste País não se pune ninguém.

O Ministro do Exército afirmou ainda que a CPI terá a sua irrestrita solidariedade enquanto for instrumento de combate à corrupção, mas que lhe negará tal apoio quando transformar-se em instrumento de política. Para o General Leônidas, a CPI da Corrupção pode estar fazendo com o Presidente José Sarney o

mesmo que se fez no passado com homens como o ex-Prefeito do Distrito Federal, ao tempo de Juscelino Kubitschek, Israel Pinheiro, e o ex-Ministro Mário Andreazza, acusados de corrupção — mas que provaram, no final de suas vidas, serem pessoas da maior honorabilidade.

Avaliação semelhante faz o Brigadeiro Moreira Lima, para quem é necessário preservar a imagem do Presidente:

— O Presidente da República é uma instituição e, se é dado início a um processo de desmoralização da sua figura, isto prejudicará todos os seus sucessores — declarou.

Compareceram ao almoço os Ministros do Exército, Leônidas Pires Gonçalves; da Aeronáutica, Octávio Júlio Moreira Lima; do Estado Maior das Forças Armadas, Paulo Roberto Camarinha; do Gabinete Militar, Rubem Bayma Denys; e do Serviço Nacional de Informações, Ivan de Souza Mendes; além do anfitrião, o Ministro da Marinha, Henrique Sabóia.

As reuniões dos Ministros militares acontece periodicamente desde o início do Governo do Presidente José Sarney. Elas servem para abordar assuntos administrativos comuns às três Forças e para a discussão da conjuntura nacional.

O prato de resistência do almoço de ontem foi, no entanto, a discussão da questão da anistia, cuja votação pela Constituinte está prevista para daqui a duas semanas.

INFORME PUBLICITARIO

Ampliação da anistia é perigo a ser evitado

BRASÍLIA — O texto da Comissão de Sistematização sobre a anistia dos militares cassados merece o apoio das Forças Armadas, por atender aos interesses das instituições militares e do País. Foi esta a posição manifestada pelos seis Ministros militares do Governo, que ontem se reuniram por duas horas e meia, durante almoço de trabalho no Ministério da Marinha.

A preferência da cúpula das Forças Armadas pelo texto da Sistematização está intimamente ligada à existência de nada menos do que 18 emendas sobre o assunto, quase todas ampliando os benefícios concedidos aos anistiados. Destas, as que mais têm irritado os Ministros da Marinha, do Exército e da Aeronáutica são as que envolvem os militares punidos por atos administrativos, as que prevêem o pagamento retroativo de promoções e outras indenizações e as que defendem a reintegração dos que foram cassados e expulsos de suas corporações em 1964.

— A reintegração é sem nexo e sem sentido. A volta de pessoas que estão afastadas há mais de 20 anos é uma impossibilidade total, uma vez que a evolução técnica atual das Forças Armadas faz com que uma pessoa fique desatualizada, se afastada por mais de três ou quatro anos — afirmou Sabóia, da Marinha.

Outra questão complicada é a que envolve as indenizações. A Marinha calcula que se a Constituinte aprovar o pagamento dos atrasados, terá que desembolsar cerca de Cz\$ 9 bilhões, somente para ressarcir nove tenentes cassados por motivos políticos em 1964. Se a anistia for ampliada aos que foram punidos por motivos não políticos, a estimativa da Marinha é de que este custo subirá para cerca de Cz\$ 140 bilhões.

— Não podemos pagar por serviços que não foram prestados — afirmou Sabóia.

Os Ministros militares também estão preocupados com a possibilidade de a anistia incluir os oficiais e praças punidos e licenciados por desrespeito à hierarquia militar, como acontece em uma emenda proposta pelo Constituinte Lysáneas Maciel (PDT-RJ). Para o Ministro da Marinha, por exemplo, a anistia a estes militares é inaceitável, pois seria uma forma de "ferir os alicerces das Forças Armadas, que são a hierarquia e a disciplina".